



VISÕES DE VALOR

A vantagem
colaborativa

V20 COMMUNIQUÉ BRASIL
NOV 2024

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO _ 03

PREÂMBULO _ 04

0. INTRODUÇÃO _ 04

1. EDUCAÇÃO EVOLUTIVA _ 06

2. LIDERANÇA INCLUSIVA _ 08

3. IA E ÉTICA DIGITAL _ 09

4. TRANSIÇÃO ECOLÓGICA E SABEDORIA DA NATUREZA _ 10

5. RECONHECIMENTOS _ 10

FORÇAS TAREFA _ 11

FORÇA TAREFA: EDUCAÇÃO EVOLUTIVA - INTRODUÇÃO _ 12

FORÇA TAREFA: LIDERANÇA INCLUSIVA - INTRODUÇÃO _ 13

**FORÇA TAREFA: INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA) E ÉTICA DIGITAL -
INTRODUÇÃO _ 16**

**FORÇA TAREFA: TRANSIÇÃO ECOLÓGICA E SABEDORIA DA NATUREZA -
INTRODUÇÃO _ 19**

QR CODE PARA ACESSAR O COMUNIQUÉ COMPLETO _ 21

TIME V20 2024 _ 22

PARCEIROS ORGANIZADORES _ 23



INTRODUÇÃO



PREÂMBULO

QUEM SOMOS

Somos uma comunidade global de especialistas e profissionais em valores dedicados a engajar ativamente com o Grupo dos Vinte (G20).

NOSSA VISÃO

Nosso objetivo é aprofundar a compreensão dos valores nas políticas públicas, fornecendo ao G20 soluções políticas baseadas em evidências e centradas no ser humano para superar os desafios globais.

DE “O VALOR DOS VALORES” A “VISÕES DE VALOR: A VANTAGEM COLABORATIVA”

Fundado em 2020 sob a presidência da Arábia Saudita, o V20 inicialmente ressaltou a importância dos valores com o tema “Valor dos Valores”. Em 2021, sob a presidência italiana, aprofundamos nosso foco na aplicação prática desses princípios com o tema “Valores em Ação”. Em 2022, sob a presidência indonésia, o V20 adotou “Valores no Centro” como tema orientador, garantindo que nossas iniciativas fossem impulsionadas pela sustentabilidade e pelos valores.

Em 2023, sob a presidência indiana, o Grupo de Engajamento V20 enfatizou “LIDERAR com Valores”, destacando o papel crítico da liderança baseada em valores para enfrentar desafios globais nas áreas de Educação, Emprego & Empreendedorismo e Meio Ambiente.

Avançamos em nossa missão em 2024 sob a presidência brasileira, com foco em “Valores como Vantagem Colaborativa” para enfrentar as complexidades de nosso tempo. As contribuições desenvolvidas pela equipe V20 este ano, sob as áreas de trabalho apresentadas no relatório do comunicado de 2024, estão alinhadas de perto com os temas centrais definidos pelo G20, garantindo relevância e impacto. O lema da presidência brasileira do G20

2024, “Construindo um Mundo Justo e um Planeta Sustentável”, personifica a dedicação do Brasil em promover acordos justos que fomentem o desenvolvimento econômico e social global, enquanto enfrentam a fome, a pobreza e a desigualdade em todo o mundo.

Nossa comunidade global do V20 tem consistentemente produzido políticas e recomendações de alto impacto, que apresentamos aos Chefes de Estado do G20 para sua consideração e implementação. Isso garante que as abordagens baseadas em valores estejam no centro da tomada de decisões globais. Acreditamos que, ao incorporar políticas públicas orientadas por valores no framework do G20, contribuimos para a cocriação de um futuro mais equitativo e regenerativo globalmente.



0. INTRODUÇÃO

0.1 “VISÕES DE VALOR”

Nós, membros do Values20 (V20), reunidos no Rio de Janeiro, Brasil, durante a Cúpula V20 em 14 de novembro de 2024, reafirmamos nosso compromisso com a promoção de políticas baseadas em valores no diálogo global do G20. Este ano, escolhemos o tema “Visões de Valor: A Vantagem Colaborativa”, destacando a importância dos valores como uma vantagem colaborativa que fortalece a eficácia do multilateralismo e reconhecendo o Planeta Terra como um participante crucial em todas as decisões.

0.2 QUATRO FORÇAS TAREFA

A atividade colaborativa do V20 durante a presidência do Brasil foi organizada em quatro Forças Tarefa, com um esforço deliberado para compreender a natureza interconectada dos temas, oferecendo aos stakeholders do G20 um conjunto de ações detalhado e focado, que possam ser claramente orientadas por valores no desenvolvimento de políticas.

0.2.1 Força Tarefa: Educação Evolutiva

A Força Tarefa de Educação Evolutiva apresentou estratégias visionárias para adaptar os sistemas educacionais às demandas futuras da sociedade

e do planeta. Essas estratégias garantem ambientes de aprendizado holísticos, sistêmicos e inclusivos, alinhados ao foco da agenda do G20 2024 em “promover educação e habilidades para uma economia verde.

0.2.2 Força Tarefa: Liderança Inclusiva

A Força Tarefa de Liderança Inclusiva delinea abordagens inovadoras para desenvolver uma liderança que valorize a diversidade e promova oportunidades equitativas em todos os níveis de organização e sociedade. Essas estratégias refletem a ênfase da agenda do G20 2024 na inclusão social e na erradicação da pobreza, reforçadas pela voz do Sul Global por meio da presidência brasileira do G20. Esse compromisso é destacado por iniciativas como o lançamento da Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza e o reconhecimento oficial das Favelas do G20, entre outras.

0.2.3 Força Tarefa: Inteligência Artificial (IA) e Ética Digital

A Força Tarefa de IA e Ética Digital apresenta diretrizes abrangentes para enfrentar os desafios éticos das tecnologias emergentes. Essas diretrizes promovem práticas de IA responsáveis e transparentes, demonstrando como os valores podem estar no centro dos objetivos da agenda do G20 2024 para governança digital e IA ética. Entre as iniciativas, destaca-se a “IA para Todos”, que visa liberar todo o potencial da IA e garantir que seus benefícios sejam compartilhados de forma equitativa.

0.2.4 Força Tarefa: Transição Ecológica e a Sabedoria da Natureza

A Força Tarefa de Transição Ecológica e Sabedoria da Natureza defende práticas regenerativas e sustentáveis, aproveitando insights dos ecossistemas naturais para enfrentar desafios ambientais e impulsionar a inovação. Essa iniciativa está alinhada ao chamado urgente para ação climática do Relatório ODS 2023, contribui para os objetivos da COP 30 relacionados à conservação da biodiversidade e soluções baseadas na natureza, e apoia a ênfase da agenda do G20 2024 na transição ecológica e capital verde.

0.3 VALORES ÉTICOS E REGENERATIVOS

Diante das complexidades e desafios contemporâneos, reconhecemos a importância de integrar va-

lores éticos e regenerativos em todas as esferas da governança global.

0.3.1 Foco Histórico no Crescimento

Historicamente, as decisões do G20 têm se concentrado fortemente no crescimento econômico. O foco principal muitas vezes foi no desempenho do PIB, promovendo o comércio internacional e aumentando a eficiência do mercado. Essa abordagem centrada no crescimento, em certos momentos, fez com que as considerações ambientais e sociais aparecessem como áreas secundárias de atenção. A ênfase na expansão econômica, embora benéfica em termos de aumento de riqueza e avanço tecnológico, veio, argumentavelmente, à custa da degradação ambiental e do aumento da desigualdade.

0.3.2 Comprometendo a Sustentabilidade a Longo Prazo

Por exemplo, projetos de infraestrutura em larga escala e expansões industriais, embora tenham impulsionado os indicadores econômicos, frequentemente resultaram em danos ambientais significativos e deslocamento de comunidades locais. Políticas que priorizam ganhos econômicos de curto e médio prazo podem comprometer a sustentabilidade a longo prazo e a coesão social, perpetuando um ciclo de exploração e esgotamento de recursos.

0.3.3 Abordagem Sistêmica para a Tomada de Decisões

Para enfrentar esses desafios, é essencial que o G20 adote uma abordagem sistêmica na tomada de decisões que considere os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 como interconectados. Essa perspectiva holística garante que as dimensões econômica, social e ambiental sejam integradas, promovendo políticas que incentivem o desenvolvimento inclusivo e mais do que sustentável, a regeneração da sociedade e do planeta.

0.4 RECONHECENDO O PLANETA TERRA

0.4.1 O Stakeholder Crucial

Na era da mudança climática e dos desafios ambientais globais, reconhecer o Planeta Terra como um stakeholder na tomada de decisões do V20 é uma abordagem necessária e inovadora. Essa visão é

baseada no princípio de que o bem-estar da Terra está intrinsecamente ligado ao bem-estar de nossas sociedades e economias. Ao incluir o planeta em nossas decisões, estamos priorizando a saúde e a sobrevivência de todas as formas de vida.

0.4.2 Interdependência e Responsabilidade

O planeta é a fonte de todos os recursos naturais que sustentam a vida e as economias. Solo fértil, água limpa, ar fresco e biodiversidade são componentes essenciais de um ecossistema equilibrado, e sua degradação afeta diretamente o bem-estar humano. Portanto, a inclusão do Planeta Terra como um stakeholder é uma declaração de responsabilidade intergeracional e respeito pela interdependência entre o meio ambiente e a humanidade.

0.4.3 Tomada de Decisão Informada

Integrar o Planeta Terra como um stakeholder significa que todas as decisões tomadas dentro do V20 devem considerar os impactos ambientais de curto e longo prazo. Isso inclui avaliar como as políticas econômicas, sociais e tecnológicas influenciam os ecossistemas naturais. Tal abordagem requer uma análise holística que leve em conta não apenas os benefícios imediatos, mas também a regeneração futura

0.4.4 Benefícios da Inclusão Ambiental

Ao reconhecer o Planeta Terra como um stakeholder, estamos promovendo um modelo de governança que prioriza a regeneração e a resiliência. Essa abordagem incentiva o desenvolvimento de práticas que regeneram, em vez de explorar, os recursos naturais. Também promove a inovação em tecnologias verdes e práticas de desenvolvimento regenerativo que podem ser compartilhadas globalmente, beneficiando todos os países.

0.4.5 Avaliação de Impacto

Por exemplo, ao considerar novos projetos de infraestrutura, a avaliação de impacto ambiental deve ser parte integrante do processo de tomada de decisão. Isso garante que os projetos não apenas atendam às necessidades humanas imediatas, mas também preservem os ecossistemas para as futuras gerações. A inclusão do Planeta Terra no processo de tomada de decisão do V20 é, portanto, uma maneira de assegurar um futuro viável e próspero para todos.

0.4.6 Mais evidências necessárias?

É uma observação frequentemente recebida por praticantes de valores que a base de evidências

para ser orientado por valores carece de robustez na medição. Embora haja inovações na medição de valores e cultura que surgirão através deste Grupo de Engajamento nos anos seguintes, é inegável que existe uma base de evidências altamente específica para aproveitar valores como uma vantagem colaborativa para promover um multilateralismo eficaz e reconhecer o Planeta Terra como um participante crucial em todas as decisões.

0.4.6.1 Número de Conflitos: De acordo com o Programa de Dados de Conflito de Uppsala (UCDP), em 2023, o número de conflitos envolvendo estados totalizou 59, o maior número já registrado desde o início da coleta de dados em 1946.

0.4.6.2 Desastres Climáticos: A Organização Meteorológica Mundial (OMM) relata que desastres relacionados ao clima e ao tempo aumentaram cinco vezes nos últimos 50 anos. De 1970 a 2019, esses desastres naturais representaram 50% de todos os desastres, 45% de todas as mortes relatadas e 74% de todas as perdas econômicas relatadas.

0.4.6.3 Refugiados Climáticos: O Instituto para a Economia e a Paz prevê que, no pior cenário, 1,2 bilhão de pessoas pode ser deslocado até 2050 devido a desastres naturais e outras ameaças ecológicas.

0.4.7 G21

Mais do que reconhecer o Planeta Terra como um participante, a percepção de que o G20 precisa evoluir para o G21—onde o Planeta Terra, devido ao seu imenso poder e impacto nas sociedades globalmente, é incluído—é um passo vital em direção a um futuro onde o desenvolvimento humano e a restauração ambiental andem de mãos dadas, criando um equilíbrio regenerativo que beneficia todas as formas de vida.



1. EDUCAÇÃO EVOLUTIVA

1.1 PEDRA ANGULAR PARA O FUTURO

Acreditamos que a Educação Evolutiva estabelece a pedra angular para o desenvolvimento de uma

liderança inclusiva, crucial para guiar as sociedades em direção a um futuro mais justo e equilibrado. Essa visão está alinhada com a ênfase do Relatório dos ODS 2023 na educação de qualidade inclusiva e equitativa e nas oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. No entanto, o progresso em direção ao ODS 4 tem sido lento, com a população fora da escola diminuindo apenas 9 milhões entre 2015 e 2021

1.2 TRANSCENDE A AQUISIÇÃO DE CONHECIMENTO

A Educação Evolutiva transcende a mera aquisição de conhecimento. É a base para o desenvolvimento da consciência crítica sobre os impactos de nossas decisões no tecido social e ambiental. É crucial para apoiar as metas da COP 30 para o desenvolvimento sustentável e a ação climática. Ao focar na Educação Evolutiva, nosso objetivo é desenvolver indivíduos capazes de pensar de forma sistêmica, compreendendo a interconexão entre as ações humanas e suas consequências.

1.3 REGENERAÇÃO DO TECIDO SOCIAL

A regeneração do tecido social envolve reparar e fortalecer os relacionamentos dentro das comunidades e entre os seres humanos e a natureza. A Educação Evolutiva é essencial para essa regeneração, pois capacita os indivíduos a exercerem sua autonomia, permite os benefícios da colaboração e inspira o engajamento em diálogos construtivos, buscando, em última análise, soluções que beneficiem a todos. Ao tornar a educação evolutiva uma pedra angular de nossas políticas, estamos semeando as bases para um futuro mais justo, equitativo e regenerativo.

1.4 CULTIVAR CONEXÕES

Essa abordagem cultivará líderes e cidadãos que estão profundamente conectados a seus valores, à cultura local e às responsabilidades globais. Uma educação desse tipo promove a abertura para diálogos respeitosos entre diferentes visões de mundo, com o compromisso de criar um mundo onde a regeneração social e ambiental se torne uma realidade concreta. Enfrentamos esses desafios de frente, mergulhando em suas profundezas para garantir um impacto profundo e duradouro.

1.5 CONSCIÊNCIA E AÇÃO

A Educação Evolutiva promove uma maior conscientização sobre as realidades complexas que enfrentamos. Ao fomentar uma compreensão profunda das relações entre sociedade, economia e meio ambiente, permite que indivíduos e comunidades façam escolhas mais informadas e responsáveis. O objetivo é criar cidadãos que não apenas reconheçam os desafios atuais, mas também se sintam motivados e capacitados a agir na regeneração do tecido social e na proteção do planeta. Como Ailton Krenak sabiamente disse: **“Respeitar a Terra é respeitar a nós mesmos.”** Paulo Freire também enfatizou o poder transformador da educação, afirmando: **“A educação não transforma o mundo. A educação transforma pessoas. As pessoas transformam o mundo.”** Além disso, ele nos lembrou que **“Educação é imbuir significado em tudo o que fazemos a cada momento.”** Quando pensamos na educação nesses termos, estamos considerando a **educação baseada em valores**, onde a conscientização precede a ação para a co-construção de um mundo mais justo para todas as nações globalmente.

1.6 DISCURSO E NARRATIVA

As percepções de Humberto Maturana aprimoram ainda mais essa perspectiva. Maturana enfatizou que a linguagem não é apenas uma ferramenta de comunicação, mas um meio de criar a realidade. “Por meio da linguagem, criamos os mundos que habitamos” argumentou ele. Isso destaca a ideia de que, ao mudar nosso discurso e nossas narrativas, podemos promover novas formas de entender e interagir com o mundo. Uma educação que evolui com os tempos e que se alinha aos princípios de regeneração e ética global é crucial para garantir a criação de uma sociedade mais consciente e regenerativa. Isso inclui promover práticas que respeitem a biodiversidade, busquem a equidade social e incentivem a inovação responsável. De acordo com o relatório “Terra para Todos”, 74% das pessoas nos países do G20 apoiam a mudança dos sistemas econômicos para ir além de um foco singular em lucro e crescimento, e, em vez disso, englobar a saúde e o planeta além de mudanças políticas e econômicas mais amplas para reduzir a desigualdade e aumentar o bem-estar. A importância da entrega de um sistema educacional evoluído não pode ser subestimada.



2. LIDERANÇA INCLUSIVA

2.1 INCLUSÃO REAL NA TOMADA DE DECISÃO

A Força Tarefa de Liderança Inclusiva enfatiza a necessidade urgente de inclusão real nos processos de tomada de decisão, defendendo a integração de perspectivas diversas de pessoas de diferentes origens, territórios e culturas. Essa abordagem é crucial, pois garante que as decisões não sejam apenas representativas, mas também enriquecidas pelas percepções e experiências únicas que grupos diversos trazem à mesa. Ao valorizar e incorporar essas vozes diversas, o Grupo de Trabalho promove uma liderança que é equitativa e justa, fomentando um ambiente onde todos os indivíduos têm a oportunidade de contribuir e moldar políticas.

2.2 UM NOVO EQUILÍBRIO NA GOVERNANÇA

Como o presidente Lula enfatizou na Assembleia Geral das Nações Unidas em setembro de 2024: “Precisamos de coragem e vontade política para mudar, criando hoje o amanhã que desejamos.” Ele destacou ainda a importância de que o Sul Global seja representado de forma consistente com sua atual importância política, econômica e demográfica. Isso requer um novo equilíbrio na governança, impulsionando o progresso e a inovação de maneiras que realmente reflitam a comunidade global. A escuta ativa e a inclusão na tomada de decisões fora do “mainstream” podem ser demonstradas pela presidência brasileira do G20, desde o convite proativo a países fora do G20 para participar, até a oficialização dos Grupos de Engajamento do G20 Favelas20 e Oceans20, além da proposta de um imposto transnacional para apoiar as pessoas mais vulneráveis. Esses são exemplos de ações de liderança inclusiva, promotoras da paz positiva, para enfrentar e superar a complexidade dos desafios que enfrentamos globalmente. Essa estratégia

inclusiva melhora a qualidade e a eficácia das decisões, impulsionando o progresso e a inovação de maneiras que são verdadeiramente inclusivas para a comunidade global.

2.3 DESIGUALDADES COM O SUL GLOBAL

No entanto, a acentuada desigualdade entre o Sul Global e regiões como a Europa e os EUA continua sendo um desafio significativo. O Relatório dos ODS 2023 destaca que os mais pobres e vulneráveis do mundo estão enfrentando os maiores impactos dessas desigualdades. As disparidades de gênero persistem, com mais de 340 milhões de mulheres e meninas projetadas para viver em extrema pobreza até 2030. O relatório pede uma abordagem integrada e holística para promover a igualdade de gênero, incluindo por meio da liderança inclusiva.

2.4 CUSTO SOCIAL DA EXCLUSÃO

A tendência das nações de polarizar sua retórica para proteger interesses próprios, em vez de abraçar uma abordagem baseada em valores que considere o bem-estar de todo o planeta, pode dificultar esforços colaborativos e agravar problemas globais. O custo social de excluir perspectivas é profundo, levando a oportunidades perdidas para inovação, coesão social e desenvolvimento regenerativo.

2.5 UMA SOCIEDADE DE CUIDADO

O surgimento de uma “sociedade de cuidado” necessita de diálogo com pessoas de diferentes perspectivas. Essa sociedade deve ser construída com base em visões transnacionais, respeito e dignidade pela humanidade e todas as formas de vida. Tal fundação é essencial para fomentar o multilateralismo, onde a cooperação global e a responsabilidade compartilhada levam a um futuro mais inclusivo e sustentável. Ao priorizar esses valores – respeito, dignidade pela humanidade, cooperação e responsabilidade compartilhada – podemos criar um processo de tomada de decisão que transcenda fronteiras nacionais e aborde os desafios globais de maneira holística.

2.6 NECESSIDADES URGENTES DA URBANIZAÇÃO

O Relatório dos ODS 2023 também menciona que 70% da população global deve viver em cidades até 2050. Essa tendência de urbanização ressalta a necessidade urgente de criar condições para mobilidade e vida digna, que permitam oportunidades reais para o potencial do capital humano se desdobrar. Garantir acesso a educação de qualidade, assistência médica e oportunidades de emprego em áreas urbanas é crítico para alcançar um crescimento sustentável e inclusivo.

2.7 EQUILIBRANDO O DESENVOLVIMENTO HUMANO E O MEIO AMBIENTE

Ao integrar esses valores nos processos de tomada de decisão, podemos criar um futuro onde o progresso tecnológico e a responsabilidade ambiental caminhem lado a lado. Essa abordagem orientada por valores se alinha perfeitamente ao conceito de uma “sociedade de cuidado”, que prioriza o bem-estar de todos os indivíduos e do planeta. Priorizar a equidade, a justiça e a regeneração em nossa abordagem promoverá um sistema de governança global mais inclusivo e regenerativo, abordando as necessidades de todos os indivíduos e garantindo um equilíbrio harmonioso entre o desenvolvimento humano e o meio ambiente.



3. IA E ÉTICA DIGITAL

3.1 PILARES PARA INOVAÇÃO

Em um mundo cada vez mais interconectado que depende de tecnologias avançadas, a IA e a Ética Digital surgem como pilares para a criação de soluções inovadoras para problemas profundos e urgentes. Apesar dos investimentos significativos em tecnologia - que devem ultrapassar US\$ 4 trilhões globalmente até 2025 - uma lacuna significativa persiste no Sul Global, dificultando o

progresso equitativo. O Relatório dos ODS 2023 enfatiza a importância de construir infraestrutura resiliente e fomentar a inovação para abordar essas disparidades.

3.2 ALÉM DAS MÁQUINAS

Dito isso, a tecnoética ressalta a responsabilidade da humanidade além das máquinas, enfatizando as obrigações morais que temos sobre o desenvolvimento tecnológico. Essa bússola moral é crucial enquanto navegamos pelo equilíbrio entre inovação e responsabilidade ética. Estudos mostram que focar apenas na IA para produtividade pode exacerbar desigualdades sociais, acelerar essas polaridades e ampliar a lacuna entre trabalhadores altamente qualificados e aqueles com baixa qualificação. Além disso, os vieses algorítmicos incorporados nos sistemas de IA podem perpetuar discriminação e desigualdade, particularmente contra comunidades marginalizadas.

3.3 IA BASEADA EM VALORES E ÉTICA

Ao nos aprofundarmos nos fundamentos do desenvolvimento ético da IA, com valores de justiça social, colaboração, compaixão e das futuras gerações no centro, podemos acelerar a criação de soluções inovadoras que promovam uma coesão social mais forte globalmente e soluções baseadas na natureza. A IA fundamentada em valores e ética possui o potencial de reduzir as lacunas sociais, garantindo acesso equitativo à tecnologia e promovendo crescimento inclusivo, como destacou a Presidência Brasileira do G20 no programa “IA para todos”, onde ser orientado por dados inclui explicitamente a voz do Sul Global.

3.4 SOLUÇÕES BASEADAS NA NATUREZA

Isso também pode impulsionar a adoção de soluções baseadas na natureza, otimizando a gestão de recursos e aprimorando nossa compreensão dos ecossistemas. Dessa forma, a IA ética não apenas aumenta a produtividade, mas também fortalece o tecido social e apoia a sustentabilidade ambiental e a regeneração do planeta Terra como parceira da evolução, em vez de um recurso.



4. TRANSIÇÃO ECOLÓGICA E SABEDORIA DA NATUREZA

4.1 INTERDEPENDÊNCIA ENTRE A HUMANIDADE E O PLANETA

A Transição Ecológica, inspirada na profunda sabedoria da natureza, é central para o sucesso de nossas estratégias. Ao considerarmos decisões baseadas em valores, promovemos ações que respeitam e regeneram o meio ambiente, reconhecendo a interdependência entre a humanidade e o planeta. A natureza, nossa maior fonte de sabedoria, nos ensina os princípios de resiliência, equilíbrio e harmonia. O sucesso deste Grupo de Trabalho depende das conquistas de outras iniciativas, uma vez que um futuro regenerativo e colaborativo — onde a justiça social, a equidade e a responsabilidade ambiental são primordiais — só pode ser realizado por meio do progresso coletivo em Educação Evolutiva, Liderança Inclusiva e Ética da IA e Digital.

4.2 ESFORÇOS CONTÍNUOS E INTEGRADOS

Com o objetivo crucial de limitar o aquecimento global a 1,5 graus Celsius agora alcançado, estamos em um momento decisivo. De acordo com a Organização Meteorológica Mundial, há 50% de chance de atingir esse limite nos próximos cinco anos. Esse sucesso reforça a urgência de nossa missão, pois manter esse limite requer esforços contínuos e integrados em todos os domínios.

4.3 APRENDENDO COM OS POVOS ORIGINÁRIOS E A CULTURA

Além disso, nossa estratégia deve incluir a escuta ativa e a troca de aprendizados com os povos originários e diversas culturas. Seu conhecimento enraizado e perspectivas únicas são vitais na ela-

aboração de soluções que honrem e protejam nosso mundo natural. Abraçar a sabedoria global e a diversidade de territórios, experiências e soluções assegura que somos capazes de ir além da sustentabilidade, da regeneração e de um futuro mais justo para todos, ao harmonizar a ciência moderna com a sabedoria tradicional e fomentar um diálogo inclusivo que respeite, promova e eleve cada voz.



5. RECONHECIMENTO

5.1 Estendemos nossa sincera gratidão aos nossos parceiros internacionais pela colaboração inabalável ao longo deste último ano e reiteramos nosso compromisso com a colaboração global contínua para abordar e superar os desafios que ameaçam nossas sociedades e o planeta. As contribuições do Sherpa do V20, dos líderes dos Grupos de Trabalho, dos autores globalmente diversos, do grupo de financiamento e da equipe do V20 Brasil, com seus Parceiros do Conhecimento, todos voluntários, foram fundamentais para o nosso progresso, vivendo e praticando como os valores são a vantagem colaborativa.

5.2 Esse esforço coletivo destaca nosso compromisso em enfrentar e superar os desafios que ameaçam nossas sociedades e o planeta. Juntos, reafirmamos nossa dedicação à colaboração global, aproveitando a força de nossa comunidade diversa e unida para construir um futuro sustentável e equitativo, onde todas as vozes são importantes, com atenção especial e humildade para os aprendizados do Planeta Terra.



FORÇAS TAREFA



FORÇA TAREFA: EDUCAÇÃO EVOLUTIVA – INTRODUÇÃO

EDUCAÇÃO E TOLERÂNCIA COMO GARANTIA DO FORTALECIMENTO DA JUSTIÇA SOCIAL E ALCANCE DO RESPEITO DA DIGNIDADE HUMANA

Desde a criação do V20, há 5 anos, a Educação tem sido um tema fundamental a cada ano, através do qual os benefícios de ser orientado por valores podem ser claramente explicados e demonstrados aos stakeholders do G20. Os valores se manifestam na Educação em todos os lugares, desde o design e entrega do currículo, até a formação de professores, o planejamento da força de trabalho de uma nação e tudo o que está entre esses aspectos. Como resultado, a Educação habilita de forma profunda e indiscutível a liberdade, autonomia e autorrealização dos indivíduos, o que, por sua vez, leva à melhoria da mobilidade social, à oportunidade de abordar desigualdades socioeconômicas e ao acesso a empregos gratificantes.

Mais do que nunca, durante este período de polícrise, a educação e a tolerância são garantias essenciais para fortalecer a convivência e assegurar o respeito à dignidade humana. O compromisso profundo e inderrogável com a liberdade, autonomia e autorrealização do indivíduo e da sociedade humana é um ativo indispensável para o novo futuro que emerge do presente. Portanto, torna-se cada vez mais importante valorizar a Educação, pois isso só é possível e alcançável por meio de uma Educação que promova a elevação e consolidação da crença no compromisso e na convergência na construção, cultura e defesa de valores que estimulem, preservem e garantam a igualdade de direitos, acesso, oportunidades e a realização dos indivíduos humanos.

Isso só será possível e alcançável quando nenhum indivíduo for privado, limitado ou cerceado por conta de sua cor ou raça, ou qualquer formulação além daquelas definidas por seus talentos, criatividade e inventividade; e, acima de tudo, quando todas as sociedades reconhecerem e garantirem integralmente a soberania desses direitos e dessa liberdade à sociedade.

Para garantir a prevalência dessa fundação e desse objetivo, é essencial que as sociedades e os governos erijam e fortaleçam a tolerância como um valor inconcessível e inexpugnável, cuidando e assegurando que o respeito e a reverência pela dignidade humana sejam estabelecidos como uma base inegociável e inexpugnável.

Dessa forma, com essa fundação estabelecida como um valor norteador, a promoção da socialização, formação e educação do indivíduo e da sociedade em todos os seus quadrantes deve, de maneira imperativa e incontestável, garantir e assegurar a liberdade e autonomia de acesso, trânsito e oportunidades, além do gozo de direitos e prerrogativas, enquanto ao mesmo tempo promove ativamente o enfrentamento e combate a qualquer e toda manifestação de intolerância.

Neste ano, o foco do V20 em Educação se concentrou em temas posicionados sob o termo guarda-chuva “Educação Evolutiva”, porque nossas necessidades estão evoluindo e nossas políticas educacionais e sistemas de entrega precisam mudar.

Uma Educação capaz de garantir as fundações necessárias deve ser democrática, plural e diversa. Deve ser receptiva a todas as contribuições e trajetórias sociais, e garantir tratamento igual, equitativo e justo. Deve assegurar a expressão da diversidade social, cultural e racial, promover a integração e o direito de todos os cidadãos de participar em pé de igualdade, independentemente de cor, raça, posição econômica ou escolhas políticas ou religiosas, moldada pela tolerância e garantir o mais alto e valioso reconhecimento, defesa e disseminação da dignidade humana.

A Força Tarefa sobre Educação Evolutiva desenvolveu uma coleção de artigos essenciais e fascinantes que visam conectar uma variedade de leitores a explicações narrativas específicas e uma gama de recomendações. Para formuladores de políticas e seus conselheiros imediatos em bus-

ca de recomendações acionáveis alinhadas com áreas políticas conhecidas, os artigos de Rosalina Soares e Charles Fowler, respectivamente, apresentam recomendações baseadas em evidências focadas nas crises de evasão escolar juvenil e na educação infantil. Recomendações precisas são apresentadas para que os formuladores de políticas adotem imediatamente ou não, dada a universalidade dos temas.

Para líderes e stakeholders que desejam explorar os valores dos sistemas educacionais e seu potencial de reforma, os artigos de Manuel Manga e Miriam de Magdala Pinto, Karima Kadaoui e colaboradores e Minal Kering oferecem argumentos fervorosos para a Educação Evolutiva, apresentando respectivamente um quadro curricular estruturado com pilares inovadores e seis valores específicos; um exemplo inspirador de transformação da educação no Marrocos; e um comentário abrangente sobre a transição de modelos de aprendizado ultrapassados para práticas atualizadas. As recomendações desses artigos inspirarão reflexões em líderes educacionais e estimularão a resolução de problemas em equipes que buscam integrar temas e detalhes nos programas de políticas educacionais de suas nações.

Para líderes de pensamento educacional, os artigos de Devika Shekhawat e Ann Marie Mealey introduzem, respectivamente, a necessidade de integração de “Sistemas de Conhecimento Indígena” e uma “Pedagogia da Paz” no desenvolvimento e implementação de políticas educacionais, com conexão profunda aos temas que emergem claramente da Presidência do G20 do Brasil: o empoderamento e a inclusão da cultura Indígena e a exigência de uma liderança global que inspire uma geração de cidadãos globais.

Com a esperada continuidade do tema dos valores e da Educação na Presidência do G20 da África do Sul em 2025, convidamos colegas e críticos internacionais a examinarem esta coleção de artigos e ajudarem a refinar os temas a serem levados adiante juntos a partir de uma perspectiva de valores, mas também de maneira mais ampla, à medida que os Grupos de Trabalho e os Grupos de Engajamento do G20 abraçam o impacto inevitável e fundamental da Educação Evolutiva em todas as grandes questões enfrentadas por todas as nações.



FORÇA TAREFA: LIDERANÇA INCLUSIVA – INTRODUÇÃO

A IMPORTÂNCIA DA LIDERANÇA INCLUSIVA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E O PAPEL DOS LÍDERES DO G20

Este Grupo de Trabalho se concentrou na Liderança Inclusiva e recebeu uma série de artigos que destacam a importância de investir em liderança inclusiva como um meio crítico para promover o desenvolvimento sustentável. Cada um desses artigos submetidos fornece valiosas percepções sobre como a liderança inclusiva não apenas fortalece a justiça social, mas também contribui significativamente para a prosperidade econômica, o bem-estar social e a sustentabilidade ambiental.

Antes de apresentar os artigos recebidos, é essencial revisar algumas contribuições teóricas e práticas escolhidas que fornecem a base conceitual para entender o papel crucial da liderança inclusiva.

CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS:

1. Amartya Sen - ‘Desenvolvimento como Liberdade’ (1999)

Economista e filósofo Amartya Sen destaca a importância de garantir que todos os indivíduos tenham as capacidades necessárias para exercer suas liberdades e oportunidades. Sua abordagem enfatiza a necessidade de políticas que promovam o desenvolvimento humano abrangente, garantindo acesso equitativo à educação, saúde e oportunidades econômicas. Ele sublinha que os líderes devem garantir que as políticas não apenas promovam o crescimento econômico, mas também a verdadeira inclusão e a redução das desigualdades.

Expectativas para as Ações da Cúpula do G20 sob a Perspectiva de Amartya Sen: Os líderes do G20

devem implementar políticas públicas que assegurem acesso igual às oportunidades, promovendo o desenvolvimento abrangente de suas populações. Isso inclui garantir que investimentos sejam feitos em educação e saúde de qualidade, com foco nas populações mais vulneráveis.

2. Jeffrey Sachs – “A Era do Desenvolvimento Sustentável” (2015)

Sachs argumenta que o crescimento econômico deve estar alinhado com a justiça social e a proteção ambiental, promovendo um desenvolvimento inclusivo que beneficie todos os segmentos da sociedade. Ele enfatiza que os investimentos em educação, saúde e infraestrutura sustentável são cruciais para garantir um futuro equilibrado e equitativo, onde o crescimento econômico não exauria os recursos naturais nem exacerba as desigualdades sociais.

Expectativas para as Ações da Cúpula do G20 sob a Perspectiva de Jeffrey Sachs:

Os líderes do G20 devem integrar os objetivos econômicos com metas de redução da pobreza e preservação ambiental, promovendo investimentos em infraestrutura sustentável e tecnologias verdes que beneficiem todos os cidadãos.

3. Kate Raworth - Economia do Donut: Um Espaço Seguro e Justo para a Humanidade (2017)

Raworth propõe um modelo econômico que equilibra desenvolvimento com justiça social e sustentabilidade ambiental. Sua ‘Economia do Donut’ sugere que o crescimento deve ocorrer dentro de limites ecológicos e sociais, evitando a degradação ambiental e as desigualdades. Raworth enfatiza a importância de alcançar um equilíbrio onde o desenvolvimento humano respeite os limites ecológicos.

Expectativas para as Ações da Cúpula do G20 sob a Perspectiva de Kate Raworth:

Os líderes do G20 devem promover políticas que respeitem os limites ecológicos e garantam que o crescimento econômico não ocorra às custas do meio ambiente. Eles também devem incentivar a inovação em práticas sustentáveis e a transição para uma economia circular.

Essas perspectivas teóricas formam a base para uma liderança inclusiva que pode enfrentar desafios globais de maneira equitativa e sustentável.

APRESENTAÇÃO DOS ARTIGOS RECEBIDOS:

Abaixo, apresentamos um resumo dos artigos recebidos pelo Grupo de Trabalho sobre Liderança Inclusiva do G20, que exploram como esses conceitos podem ser aplicados em contextos específicos. Encorajamos os líderes globais a lerem os artigos na íntegra.

1. O Papel dos Centros de Juventude na Aumento da Produtividade e Inovação para Alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Autores:

Al-Hanouf Saleh Al-Kabba: *Mestre em Terapia Social - Pesquisadora e Inventora / Arábia Saudita*

Arwa Abdulaziz Al-Ghofaily: *Psicóloga, Psicoterapeuta / Arábia Saudita*

Mai Mansour Al-Sadoun: *Designer de Programas de Desenvolvimento e Facilitadora de Juventude / Arábia Saudita*

Resumo:

Este artigo discute a importância do compromisso da liderança em relação à juventude, a fim de promover seu desenvolvimento emocional, social e produtivo. Enfatiza a necessidade de políticas que abordem os desafios enfrentados pelos jovens, como saúde mental, baixo desempenho educacional e falta de treinamento adequado para o emprego.

Expectativas para as Ações de Liderança do G20:

Incentivar a criação de políticas públicas – Centros de Juventude – que abordem de forma holística as necessidades dos jovens, promovendo educação, saúde mental e treinamento profissional, especialmente para jovens em situações vulneráveis.

2. Construindo um Caso Moral e Econômico para a Diversidade em Organizações nos Países do G20 e Além

Autores:

Debrima Saha: *Associada Sênior, tGELF / Índia*

Devika Shekhawat: *Diretora do tGELF, Fundadora da Dhara Shakti Foundation / Índia*

Resumo:

Este artigo argumenta que promover Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI) é crucial para o desenvolvimento econômico sustentável. Sugere que criar um ambiente legal que apoie a implementação de políticas de DEI deve ser uma prioridade para os líderes do G20.

Expectativas para as Ações de Liderança do G20:

Implementar políticas nacionais e corporativas que promovam a diversidade, equidade e inclusão como partes integrantes das estratégias de desenvolvimento sustentável. A inclusão promove a diversidade, o que proporciona um equilíbrio aos interesses de grupos específicos, fortalecendo a equidade.

3. O Valor da Dignidade Humana Está no Coração da Integridade da Liderança e da Inclusão Social

Autora:

Patricia Berba: *Professora Adjunta Faculdade Nacional de Administração Pública e Governança, Universidade das Filipinas / Escola de Educação e Desenvolvimento Humano, Universidade da Ásia e do Pacífico / Filipinas*

Resumo:

Este artigo explora como práticas de liderança ética podem criar um equilíbrio entre o investimento em recursos humanos, a proteção ambiental e a sustentabilidade financeira. Destaca a importância da integridade dos líderes na promoção da inclusão social para o desenvolvimento sustentável.

Expectativas para as Ações de Liderança do G20:

Desenvolver políticas que incentivem a liderança ética e responsável, garantindo que integridade e

sustentabilidade sejam prioridades nas estratégias de longo prazo.

4. Reimaginando o Futuro das Comunidades Culturais como Líderes Inclusivos, Praticando Justiça Social por Meio do Engajamento Autêntico com o Governo e suas Agências

Autor:

Martin Itzkow: *CEO, Coalizão de Comunidades Culturais de Manitoba para Famílias Inc. - CMCCF / Canadá*

Resumo:

Este artigo analisa o papel da liderança inclusiva na valorização das comunidades culturais e na formação de políticas justas e equitativas que promovam a mudança social com equilíbrio cultural e ambiental. Destaca a importância da participação ativa e do apoio às comunidades culturais por parte dos líderes do G20.

Expectativas para as Ações de Liderança do G20:

Criar condições para uma governança inclusiva e promover políticas que garantam a participação ativa de todas as comunidades culturais no processo de tomada de decisões.

5. Liderança Responsável para Políticas de Migração Inclusivas: Cultivando Carreiras Sustentáveis para Cônjuges de Migrantes Altamente Qualificados

Autores:

Lina Daouk-Öyry: *BI Norwegian Business School – Oslo, Norway*

Sahizer Samuk: *BI Norwegian Business School – Oslo, Norway*

Resumo:

Este artigo aborda a importância de políticas de migração que sejam inclusivas e sustentáveis, com foco na integração econômica e sociocultural dos cônjuges de migrantes altamente qualificados. Propõe intervenções políticas direcionadas para ajudar os cônjuges imigrantes a construir carreiras sustentáveis e maximizar suas contribuições para as economias anfitriãs.

Expectativas para as Ações de Liderança do G20:

Os líderes do G20 devem adotar uma abordagem holística para as políticas de migração de alta qualificação que envolvam parcerias colaborativas entre governos, empregadores e organizações da sociedade civil, a fim de permitir a inclusão social e econômica dos imigrantes e seus cônjuges.

6. Liderança Inclusiva: Aumentando a diversidade e a inclusão para uma economia sustentável

Autora:

Houefa Gbaguidi: *Diretora, KACHŌWA / França*

Resumo:

Este artigo argumenta que a liderança inclusiva é essencial para enfrentar desafios globais, como desenvolvimento econômico, mudanças climáticas e desigualdades sociais. Promover a diversidade e a inclusão impulsiona a inovação, fortalece as economias locais, reduz as emissões de carbono e promove a coesão social.

Expectativas para as Ações de Liderança do G20:

Os líderes do G20 devem adotar políticas que promovam a liderança inclusiva, o emprego local e a colaboração intersetorial. É crucial incentivar a diversidade, reduzir a dependência de importações, fortalecer a economia local e implementar políticas de migração inclusivas para um crescimento sustentável e equitativo.

CONCLUSÃO:

A integração dos princípios de liderança inclusiva, conforme ilustrado pelos autores e seus artigos apresentados, oferece um caminho para os líderes do G20 promoverem o desenvolvimento sustentável que equilibre o crescimento econômico, a justiça social e a proteção ambiental. Ao adotar essas abordagens, os líderes globais podem garantir um futuro próspero e inclusivo para todos.

Ações Recomendadas para Líderes Globais:

- Promover o diálogo e a colaboração internacional para compartilhar as melhores práticas que ajudem a fomentar a liderança inclusiva.

- Incentivar investimentos em políticas sociais e sustentáveis que atendam às necessidades das populações mais vulneráveis e também à urgência ambiental.
- Fomentar parcerias com o setor privado para promover práticas responsáveis e inclusivas nos negócios.
- Promover o engajamento global nas áreas de justiça social, crescimento econômico, restauração e proteção ambiental, que também são os pilares-chave para criar uma sustentabilidade de longo prazo.



FORÇA TAREFA: IA E ÉTICA DIGITAL – INTRODUÇÃO

RESUMO EXECUTIVO:

- 1. Valores Humanos na Inteligência Artificial (IA):** Incorporar valores humanos nas políticas de IA é essencial para garantir que os avanços em IA atendam às necessidades da sociedade e reflitam o que significa ser humano.
- 2. Framework Ação e Baseado em Evidências:** Existe uma necessidade de frameworks simples, estruturados e baseados em evidências para a governança da IA, oferecendo orientações claras para os formuladores de políticas.
- 3. Ética e Equilíbrio Técnico:** Os líderes de políticas devem navegar entre considerações éticas e garantias técnicas para evitar que a IA ofusque as necessidades humanas.
- 4. Desenvolvimento Global Equitativo da IA:** Um framework conceitual é proposto para guiar a adoção multilateral de políticas de IA, abordando os riscos de acesso desigual às inovações impulsionadas pela IA.
- 5. Equilibrando Natural e IA:** A introdução de “inteligência natural” na política de IA enfatiza a incorporação das necessidades planetárias e ambientais juntamente com os avanços tecnológicos.

6.Recomendações Práticas de Política: Quatro recomendações acionáveis e três direções de política são delineadas, fornecendo medidas específicas para os governos adotarem.

7.Destinado a Formuladores de Políticas: O conteúdo é direcionado a formuladores de políticas e conselheiros de IA, antecipando que as nações compartilham a necessidade de aplicar a IA em saúde, defesa e energia.

8.Inovador e Voltado para o Futuro: Ao adotar esses frameworks, os líderes podem garantir que o desenvolvimento da IA seja tanto inovador quanto sustentável, com benefícios de longo prazo para a humanidade e o planeta.

A questão dos valores humanos no desenvolvimento de políticas de IA, ou a integração do que significa ser humano no clima tecnológico em constante avanço, está presente em cada discussão sobre como uma nação ou uma organização pode progredir com a IA. Alguns líderes recorrem à linguagem da ética e da governança, enquanto outros se concentram nos detalhes técnicos para garantir que as necessidades humanas não sejam superadas.

De modo geral, parece claro que são necessários pontos de partida simples e originais para a IA, que sejam acionáveis e baseados em evidências. Os líderes reconhecem que algum tipo de framework é necessário para que as decisões sejam fundamentadas nas melhores práticas, juntamente com conceitos que ofereçam garantias e orientações. Os documentos apresentados por Mashael Alzaid et al. e André Ribeiro Coutinho et al. fornecem, respectivamente, aos líderes de políticas e suas equipes um framework inicial estruturado, relacionável e escalável para a governança, além de um pensamento original para fomentar conversas sobre a representação da “inteligência natural” equilibrada com a IA.

A contribuição de Alzaid et al. estabelece um framework para o desenvolvimento equitativo global, focando nos riscos de acesso desigual à inovação impulsionada por IA e posicionando valores como uma âncora confiável e precisa para benefícios multilateralmente vantajosos – as quatro recomendações serão opções sensatas para os países adotarem.

O artigo de Ribeiro Coutinho et al. apresenta o caso para equilibrar “inteligência natural” com IA. Esta submissão representa o papel e as necessidades do planeta nessas discussões, como se a Mãe Natureza fosse uma participante – qual seria sua contribuição e como modificaríamos nossas abordagens de acordo?

O artigo de Ribeiro Coutinho et al. é uma introdução extraordinária a tal abordagem, coescrito por uma comunidade de especialistas multidisciplinares para oferecer uma perspectiva sobre a IA que será refrescante e altamente original para aqueles que leem amplamente sobre o tema. Três direções de políticas são oferecidas, juntamente com exemplos de alavancas de transformação acessíveis, recomendações de alto nível e uma gama de opções para consideração e adoção. No futuro, líderes que adotarem essas considerações vitais em suas políticas de IA se perguntarão como conseguimos progredir tecnologicamente sem a inteligência natural.

O conteúdo oferecido por este grupo de trabalho não inclui comentários editoriais generalistas, mas é especificamente voltado para formuladores de políticas e suas equipes especializadas. Este grupo de trabalho e seus colaboradores continuarão o desenvolvimento deste tópico por meio de postagens em blogs, que esperamos que ajudem na continuidade durante a presidência do G20 da África do Sul.

Como você poderia esperar de um grupo de trabalho focado em IA, pedimos a um GPT que comentasse sobre nosso trabalho. O resumo executivo acima, com uma pequena edição do sétimo ponto, mostra os resultados. Um comando simples pedindo um resumo em tópicos de cada artigo gerou os resultados compartilhados na próxima página e demonstra a extraordinária eficácia da IA.

Capítulo 1: Framework Conceitual para IA

1. IA e Desigualdades Globais: O avanço rápido da IA está remodelando dinâmicas globais, mas as disparidades nas capacidades de IA estão criando desigualdades significativas, limitando a competitividade econômica e o acesso à inovação.
2. Falta de Cooperação Global em IA: As nações estão competindo para desenvolver tecnologias de IA para ganhos econômicos, com cooperação

global insuficiente. Isso reflete corridas armamentistas do passado, levantando preocupações sobre o potencial da tecnologia em áreas como armas autônomas e cibersegurança.

3. Desigualdade em IA: A ascensão da “desigualdade em IA” espelha disparidades econômicas, onde nações sem essas capacidades lutam para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, como melhorias na saúde e ação climática.
4. Inovação Global em Lenta: O desenvolvimento desigual de tecnologias, sistemas de IA que consomem muita energia e políticas protetoras de nações avançadas estão fragmentando a inovação global e impedindo o progresso colaborativo.
5. Framework Equitativo para IA: O documento defende um framework conceitual global baseado em valores para garantir acesso equitativo à IA, promovendo cooperação multilateral para prevenir abusos e fragmentação na implementação.
6. Valores como Âncoras para IA: Valores globais compartilhados, como inclusão, sustentabilidade e colaboração, devem ancorar discussões sobre o desenvolvimento de IA para evitar ações unilaterais que priorizem interesses nacionais em detrimento da equidade global.
7. Cidadania em IA e Pontes de IA: Uma abordagem sem fronteiras para a IA, promovendo “cidadania em IA” e colaborações transfronteiriças, pode fomentar a distribuição justa de benefícios e abordar desafios globais por meio da inovação inclusiva.
8. Parcerias Tecnológicas Diplomáticas: Nações em desenvolvimento podem se beneficiar de parcerias tecnológicas equitativas com nações avançadas em IA, aproveitando seus recursos para o desenvolvimento compartilhado, enquanto garantem práticas éticas e comércio justo.
9. Framework de Não Proliferação em IA: Semelhante aos tratados de controle de armas da era da Guerra Fria, recomenda-se uma convenção global de IA para prevenir implementações unilaterais arriscadas de IA e estabelecer padrões éticos para a governança global.
10. Recomendações para o G20: As propostas incluem integrar a equidade em IA na agenda do G20, criar métricas para desigualdade em IA, estabelecer frameworks legais para parcerias justas e fomentar a cooperação internacional em aplicações militares, energéticas e de saúde digital.

Capítulo 2: Inteligência Natural e IA

1. Co-criação colaborativa: Uma comunidade liderada por voluntários focada em discussões profundas e conscientes sobre dilemas sociais. Em 2024, colaborou com a Força-Tarefa V20 4 para explorar IA, “Tecnocética” e Natureza, produzindo três direções políticas principais.
2. Direção Política 1: Sensoriamento Natural para a ‘Próxima Natureza’: Promove a fusão da natureza e da IA para proteger a natureza, redesignar taxonomias culturais e possibilitar soluções inovadoras, como a personificação legal da natureza e tecnologia inspirada na biomimética.
3. Princípios-chave para a Política 1: A fusão da IA com a natureza deve respeitar a complexidade da natureza, aumentar a biodiversidade, promover o uso ético de dados e se inspirar na biomimética para inovações sustentáveis.
4. Alavancas de Transformação do Sistema para a Política 1: Tecnologias como IoT para sensoriamento natural, frameworks legais que reconhecem os direitos da natureza e educação sobre monitoramento da natureza podem impulsionar a transformação sistêmica em direção a uma “próxima natureza”.
5. Direção Política 2: Modelos Naturais de Grande Escala (MNG): Defende a modelagem de natureza em larga escala impulsionada por IA como um bem público global e descentralizado. MNGs podem democratizar o acesso a dados naturais, melhorar a compreensão dos ecossistemas e apoiar a governança que protege a privacidade.
6. Princípios Orientadores para a Política 2: Expandir o conhecimento coletivo natural, garantir soberania digital e de dados e promover ecossistemas descentralizados para o desenvolvimento tecnológico. MNGs devem equilibrar o acesso a dados abertos com a proteção da privacidade.
7. Transformação do Sistema para a Política 2: Ferramentas como dados abertos, commons de dados e plataformas colaborativas podem avançar na integração de MNGs. Tecnologias como Pixel e Synspective usam dados de satélite para gestão ambiental e de desastres.
8. Direção Política 3: Deterritorialização e Reteritorialização podem encorajar a redefinição de territórios com base em fenômenos naturais, promovendo a harmonia entre tecnologia e natureza. O conhecimento Indígena, dados espaciais

e uso sustentável da terra devem orientar essa mudança.

9. Alavancas do Sistema para a Política 3: Iniciativas como a Política de Um Mapa da Indonésia, blockchain para transparência e portais de dados geoespaciais podem fomentar participação, transparência e equidade no uso da terra, especialmente para comunidades Indígenas.
10. Impactos Esperados das Políticas: Essas direções políticas visam alcançar preservação da biodiversidade, distribuição equitativa de terras, soberania digital, inclusão cultural, diálogos gerativos entre humanos e natureza e redução das emissões de carbono nos ecossistemas nacionais de IA e tecnologia.



FORÇA TAREFA: TRANSIÇÃO ECOLÓGICA E SABEDORIA DA NATUREZA – INTRODUÇÃO

CONSTRUÇÃO DO FUTURO

A discussão internacional sobre a dinâmica da fratura progressiva da relação entre humanos e natureza não é nova e passou por uma série de transformações. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo em 1972, é considerada por muitos especialistas como o primeiro passo na busca por desenvolvimento sustentável, consciência ecológica e direitos ambientais.

No entanto, desde então, o que testemunhamos é a intensificação da crise com a natureza e o planeta, cunhando o termo Era do Antropoceno. Esta é uma Era em que o grau de intervenção humana na natureza está causando instabilidade em todo o sistema da Terra, ameaçando a estabilidade climática.

Hoje, a comunidade científica global reconhece que a mudança climática, a biodiversidade e a estabilidade socioeconômica são interdependentes, alterando-se continuamente e sendo alteradas umas pelas outras. Além disso, como a economia global é extremamente conectada, qualquer retrocesso na biodiversidade pode afetar todos os mercados, mesmo aqueles situados a longas distâncias. Portanto, a emergência climática é um desafio planetário (embora não igual para todos os países) e exige uma conexão urgente entre o global e o local.

A Força Tarefa – Transição Ecológica e Sabedoria da Natureza – focou na avaliação dos fatores que contribuiriam para ajudar a enfrentar essa emergência climática, com recomendações que abordam a justiça e a inclusão no desenho de políticas públicas.

Vivemos em uma sociedade que converte recursos naturais em bens e serviços para melhorar nosso padrão de vida, mas a um ritmo que reduz o “capital natural global”, ou seja, não é sustentável. Nossa satisfação com o consumismo de curto prazo é alcançada sem considerar os efeitos a longo prazo. Essa contradição de lidar com escolhas de curto prazo e seus impactos futuros é ainda mais injusta, dado que o esgotamento desse capital natural beneficia apenas uma pequena parte da população global. Os 10% mais ricos do planeta detêm 52% da renda global, enquanto metade da população global detém apenas 8% da renda (Laboratório Mundial de Desigualdade).

Assim, nossa primeira recomendação é a promoção da igualdade global.

A promoção de uma sociedade mais justa e honesta, com respeito às diferenças, inclusão e igualdade de direitos e oportunidades, alinha-se às três prioridades estabelecidas pela Presidência Brasileira do G20, que são: (i) combater a fome, a pobreza e a desigualdade; (ii) desenvolvimento sustentável; e (iii) reforma da governança global. Entre países e dentro de cada país, a luta contra a desigualdade aborda a fome e a pobreza e cria elementos para o desenvolvimento sustentável e o progresso em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Também enfatiza que a representação desigual na estrutura de governança internacional dificulta as reformas neces-

sárias para construir um mundo mais justo e um planeta mais sustentável.

Dada a complexidade do momento atual, o segundo valor que precisamos reforçar é a transparência, especialmente a transparência financeira. A adoção da transparência financeira deve ser um princípio fundamental no processo de tomada de decisão internacional dos membros do G20, focado nos fluxos de capital e na alocação de recursos para projetos sustentáveis, fortalecendo a responsabilização e permitindo uma maior cooperação internacional na abordagem dos desafios necessários para promover um desenvolvimento social e econômico equitativo em todas as partes do planeta.

Este tema é explorado em profundidade na contribuição “Transição Energética Baseada em Valores: Garantindo a Transparência Financeira” [Shekhawat, D; Saha, D].

Redesenhar o sistema internacional para enfrentar os desafios do século XXI requer considerar diferentes formas de viver e coexistir, equilibrando a ciência tradicional com a sabedoria tradicional das comunidades Indígenas. Precisamos mudar nossa mentalidade para parar de ver a humanidade, a natureza e o clima como entidades separadas.

O verdadeiro desafio de uma visão de mundo Indígena para uma visão de mundo Ocidental é que tudo é um organismo vivo, onde todos os seres vivos incluem humanos, flora, fauna, solo, rochas, vento e o planeta. Adiciona-se a isso que “Todas as formas de vida são sencientes” (Gráfico de Visão de Mundo de Wahinkâe Topa (Four Arrows), também conhecido como Don Trent Jacobs, Ph.D).

Como expressado pela Dra. Jennifer Grenz, “a visão de mundo Indígena é uma visão de mundo relacional, com uma teia de conexões onde você vê que não está fora do ambiente natural, mas é parte dele. Você está em relação com os seres em nossa Mãe Terra.” (Medicine Wheel for the Planet – A Journey toward Personal and ecological Healing).

No entanto, tentar estabelecer uma conexão entre uma visão científica Ocidental e a sabedoria Indígena nem sempre teve sucesso. De acordo com Vanessa Machado de Oliveira, devemos estar cientes de que tentativas anteriores de incluir

a sabedoria Indígena levaram a desilusões, pois a inclusão foi feita sob a suposição de que continuaríamos a realizar “negócios como sempre”, onde a pessoa Indígena foi contratada para descolonizar ou indigenizar. (Hospicing Modernity, Vanessa Machado de Oliveira). Essa visão é ainda mais endossada pela Dra. Jennifer Grenz, que afirma: “A tendência de incorporar nossos conhecimentos tradicionais na ecologia, muitas vezes limita nossas contribuições, tratando-nos como historiadores e colonizando nossos conhecimentos por meio de desequilíbrios de poder e/ou tentativas de simplesmente adicioná-los às formas coloniais de conhecimento.” (Roda de Medicina para o Planeta – Uma Jornada em Direção à Cura Pessoal e Ecológica).

Portanto, com esse pensamento em mente, nossa terceira recomendação é estabelecer centros de conhecimento onde a sabedoria Indígena e a ciência Ocidental se encontrem em pé de igualdade.

A quarta recomendação é o valor da natureza pelo que podemos aprender com ela, em vez de vê-la como algo que pode ser extraído, domesticado e cultivado. A biomimética, ou os princípios da vida, permite a decodificação e a compreensão da natureza como um sistema que opera de forma interdependente em uma rede interconectada e complementar. Integrar esses princípios na formulação de políticas públicas, pode fornecer soluções sustentáveis e equilibradas para os desafios contemporâneos. Isso ajudará a transformar a abordagem governamental, promovendo uma gestão mais sustentável e resiliente dos recursos naturais, sociais e econômicos. A sobrevivência e a prosperidade de inúmeras espécies ao longo de bilhões de anos destacam a robustez e a adaptabilidade desses princípios.

O tema é apresentado em profundidade pela autora [Araújo, A] no capítulo, “Princípios de Vida como Princípios Orientadores para Políticas Públicas.” Neste artigo, a autora defende que entender esses princípios e incorporá-los em políticas públicas pode: (i) garantir a sustentabilidade por meio do uso responsável e renovável de recursos, o que ajudará a prevenir a degradação ambiental e garantir a disponibilidade de recursos para as futuras gerações; (ii) promover a resiliência, ajudando comunidades e economias a se recuperarem rapidamente de crises, sejam elas naturais, econômicas

COMMUNIQUE

ou sociais; (iii) fomentar a cooperação internacional e a colaboração entre diferentes grupos e setores, criando uma sociedade mais coesa e harmoniosa, onde os benefícios são compartilhados e os esforços são coordenados para enfrentar desafios comuns; (iv) inovar com base em soluções orientadas pela natureza que são mais eficientes, sustentáveis e harmoniosas com o meio ambiente, abordando as crises interligadas do clima e da biodiversidade.

Um elemento central na construção do futuro é entender e melhorar as condições atuais que impedem ou dificultam o avanço da equidade e da cooperação. Um desses elementos é a mobilidade em grandes centros urbanos nos países em desenvolvimento.

O crescimento da população urbana em todo o mundo, especialmente em países em desenvolvimento, tem sido contínuo, e nessas grandes cidades, a mobilidade urbana é um fator crucial que impacta a qualidade de vida dos residentes e o funcionamento da democracia local. A infraestrutura de transporte inadequada leva à segregação espacial, com bairros mais pobres isolados dos centros de emprego e serviços. A melhoria da mobilidade urbana quebra essas barreiras, facilitando o acesso a oportunidades econômicas e serviços essenciais e, importante, reforça a democracia ao promover a participação ativa dos cidadãos, especialmente para aqueles que vivem em áreas de periferia.

Dada a crônica falta de recursos para mudanças estruturais de curto prazo, é importante incorporar ao planejamento urbano as melhores práticas que melhoram a mobilidade e reduzem a congestão e a poluição. Isso ajudará a criar um ambiente urbano mais saudável e acessível para todos. Entre essas práticas está o uso crescente de tecnologia da informação e a vasta quantidade de dados disponíveis.

A quinta recomendação é o reconhecimento das tecnologias de informação e comunicação no processo de engajamento da população na tomada de decisões. O artigo “Mobilidade Inteligente no Brasil: Dados e a Importância da Participação Cidadã na Tecnologia” [Hiroki, S] apresenta como a colaboração entre empresas de tecnologia, governo e população pode contribuir para soluções de mobi-

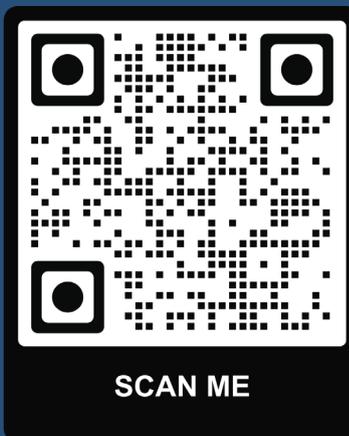
VISÕES DE VALOR: A vantagem colaborativa

lidade urbana e como esse processo pode ser ampliado com um maior engajamento dos cidadãos.

O processo de maior engajamento é um passo fundamental para fortalecer a democracia e melhorar a vida dos cidadãos. Ao garantir que todos, independentemente de sua localização geográfica, tenham acesso igual a oportunidades e serviços, as cidades podem construir comunidades mais inclusivas, participativas e resilientes, promovendo um desenvolvimento urbano mais justo e sustentável.

Acreditamos que os princípios orientadores neste capítulo ajudarão a promover uma nova e alternativa maneira de pensar e abordar a melhoria das práticas atuais de governança ambiental e gestão de recursos naturais, no contexto do aumento da interconexão e da pluralidade cultural da globalização.

**QR CODE PARA
ACESSAR O
COMMUNIQUE
COMPLETO**



TIME V20 BRASIL 2024

SECRETARIADO V20 2024

V20 Sherpa 2024

Regina Esteves - CEO e Fundadora da COMUNITAS

V20 Chair 2024

Inês Medeiros - CEO e Fundadora da Values Move Consulting

Equipe V20 Força Tarefa 2024

Prof. José Vicente – Líder da Força Tarefa
Rosalina Soares – Líder da Força Tarefa
Thyago Correa – Líder da Força Tarefa
Pamela Doherty – Líder da Força Tarefa
Shaibal Roy – Líder da Força Tarefa
Karoline Muniz – Líder da Força Tarefa
Valéria Amoroso – Líder da Força Tarefa
Talita Veron – Líder da Força Tarefa
Valdelice Veron – Líder da Força Tarefa

Organizador do V20 2024

Values Move Consulting

Equipe V20 2024

Andreia Koda
Ann Rosenberg
Américo Mattar
Devika Shekhawat
Debrima Saha
Inês Medeiros
Isabel Valle
José Vicente
Karoline Muniz
Dr. Manuel Schubert
Pamela Doherty
Regina Esteves
Rosalina Soares
Thyago Correa
Shaibal Roy
Talita Veron
Valdelice Veron
Valéria Amoroso
Vitória Dias

Editora do Comunicado V20 2024

Sangeeta Waldron, Autora e Fundadora, Serendi Pity PR & Media

PATROCINADORES MASTER



PATROCINADORES INSTITUCIONAIS E ESTRATÉGICOS



AxiaOrigin



GOFW



Nenilai



ORGANIZADOR V20 2024

Values Move fundada em 2018, com a missão de contribuir para um mundo em que as pessoas e organizações se conectam apesar das diferenças. Acreditamos que cultura forte é cultura viva. É reunir no ponto ótimo presença e vulnerabilidade para entrar em ação. É colocar valores em movimento através de comportamentos e fala responsável, escuta ativa dos interesses do outro, e assim tomar decisões baseadas em propósito.

Values Move oferece experiências, workshops e processos personalizados para abrir diálogos profundos e harmonizar valores, crenças e comportamentos, promovendo uma tomada de decisão consciente e ações responsáveis. A Values Move acredita que uma cultura forte é construída com base em valores como amor, empatia e networking, criando espaços para que todos possam expressar seu máximo potencial. Para mais informações, visite: www.valuesmove.com.



<https://www.values20.org/>

<https://www.valuesmove.com/>

<https://www.g20.org/pt-br>

